



RELATÓRIO E CONTAS 2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



I

IDENTIDADE, GOVERNO SOCIAL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Como enunciado nos anteriores relatórios de gestão, a Fundação Sophia é uma instituição particular de solidariedade social que tem por finalidade principal a protecção à população idosa ou em situação de dependência e a protecção e apoio à família, bem como a promoção e protecção da saúde e a prevenção da doença e, ainda o desenvolvimento de cuidados continuados integrados de saúde e apoio social.

Secundariamente, promove iniciativas de índole formativa e educativa, bem como de animação sociocultural, para além de, instrumentalmente, desenvolver parcerias em vários sectores de actividade cujos resultados económicos contribuem exclusivamente para o financiamento daquelas sobreditas finalidades.

A actividade desenvolvida no âmbito da intervenção social manteve-se orgânica e funcionalmente ligada à Fundação, sendo que as actividades de cariz instrumental, tendo em vista a optimização da sua gestão e o reforço da capacitação e da qualificação operacional, continuaram autonomamente geridas pelas sociedades unipessoais por quotas, Sophia Social, Sophia Saúde e Sophia Serviços.

A Fundação não registou alterações na composição dos órgãos sociais e manteve no essencial a sua estrutura organizacional.

II

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

À semelhança do ano anterior, o exercício de 2021 foi profundamente condicionado pelo desenvolvimento da crise pandémica COVID-19 e pelo seu

inimaginável impacto na actividade desenvolvida, com necessário reflexo no domínio económico e financeiro.

A Fundação, face à crise de saúde pública e aos seus efeitos na economia, na mobilidade e no ambiente social, teve que viver numa forçada atitude reativa, pelo que sem prejuízo da adopção de um programa de retoma produtiva, se lhe exigiu que permanecesse ainda focada seja na protecção e segurança de todos quantos nela se acolhem ou trabalham, conforme determinado pelo Plano de Contingência institucional, seja na minimização dos efeitos da pandemia na intervenção social que lhe compete realizar.

III

ANÁLISE DO DESEMPENHO E DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A actividade institucional registou, globalmente, um acréscimo relativamente ao ano anterior, tendência que, todavia, não pôde ser acompanhada pelos equipamentos de intervenção social e pela Sophia Sénior Residence, porque particularmente atingidos pelas medidas de confinamento a que foram sujeitos e pelo contexto de procura diminuída provocado pela pandemia.

Assim, mercê de um desempenho fortemente limitado no que toca à realização da missão institucional, não se mostrou possível retomar a trajectória de estabilização e equilíbrio da situação económica e da posição financeira da Fundação, iniciada no ano de 2018.

Com efeito, ainda que a variação do resultado deficitário relativamente ao exercício anterior se traduza numa redução superior a 35%, os resultados líquidos das várias respostas (com excepção da sobredita estrutura geriátrica hoteleira) atingiram globalmente um montante de (388.141,81€), como registado na seguinte demonstração:

RENDIMENTOS E GASTOS	ACORDO DE COOPERAÇÃO			PROTOCOLO	OUTRAS ACTIVIDADES				TOTAL GERAL
	ERPI	SAD	C DIA	ARS / ISS	S CLÍNICA	RESIDENCE	SAD/CMC	TOTAL	
Vendas e serviços prestados	352 348,71	26 541,35	1 006,32	746 563,67	736 783,82	160 628,09	0,00	897 411,91	2 023 871,96
Subsídios, doações e legados	554 943,21	133 475,93	7 510,70	80 872,25	0,00	0,00	4 454,57	4 454,57	781 256,66
ISS, IP - Centros distritais	534 164,28	133 475,93	7 510,70	80 872,25	0,00	0,00	0,00	0,00	756 023,16
Outros	20 778,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 454,57	4 454,57	25 233,50
CMVMC	-146 190,29	-25 164,99	-1 473,08	-170 204,58	-107 071,11	-11 344,47	-2 458,73	-120 874,30	-463 907,24
FSE	-210 000,72	-25 044,21	-2 494,53	-168 115,81	-534 037,14	-12 074,74	-1 552,29	-547 664,17	-953 319,43
Gastos com o pessoal	-609 580,17	-124 055,73	-4 571,01	-494 606,28	-229 955,74	-65 076,27	-285,69	-295 317,70	-1 528 130,89
Outras imparidad.(perdas / reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	7 937,55	0,00	0,00	7 937,55	7 937,55
Outros rendimentos e ganhos	37 332,62	5 419,61	0,00	15 744,36	227 599,10	4 162,96	0,00	231 762,06	290 258,65
Outros gastos e perdas	-13 290,91	-4 849,08	-26,26	-9 395,96	-337 844,57	-1 586,35	0,00	-339 430,92	-366 993,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-34 437,55	-13 677,12	-47,86	857,66	-236 588,08	74 709,21	157,86	-161 721,01	-209 025,87
Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização	-39 316,70	-14 347,53	-599,16	-70 205,12	-11 718,51	-34 238,61	-171,19	-46 128,30	-170 596,82
Resultado Operacional	-73 754,25	-28 024,65	-647,02	-69 347,47	-248 306,59	40 470,60	-13,32	-207 849,31	-379 622,69
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	527,37	0,00	0,00	527,37	527,37
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 378,37	-3 668,12	0,00	-9 046,49	-9 046,49
Resultado líquido do período	-73 754,25	-28 024,65	-647,02	-69 347,47	-253 157,59	36 802,48	-13,32	-216 368,43	-388 141,81

Analisado por sua vez o quadro *infra*, que espelha a variação da actividade institucional, importa relevar do lado dos rendimentos operacionais um aumento de 11,62% e no lado dos gastos um aumento de 3,91% (excluídos gastos com depreciações e perdas por imparidade), relativamente ao período homólogo, como se assinala:

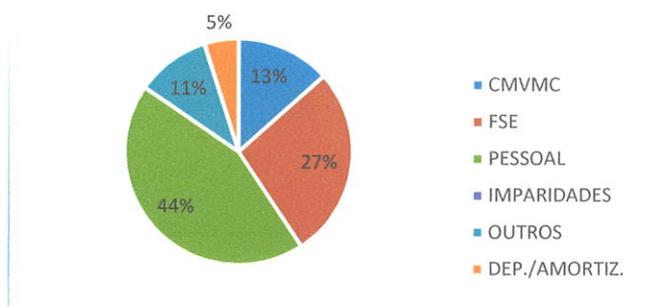
GASTOS	2021		2020		RENDIMENTOS	2021		2020	
	OPERACIONAIS	3 313 220,66 €	3 188 549,32 €	OPERACIONAIS		3 104 194,79	2 781 080,03		
Diferença	124 671,34 €		Diferença	323 114,76					
DEPREC./AMORT.	170 596,82 €	189 267,77 €	FINANCEIROS	527,37	1 134,68				
Diferença	-18 670,95 €		Diferença	-607,31					
FINANCEIROS	9 046,49 €	8 244,69 €							
Diferença	801,80 €								

Atentando nos **gastos** incorridos no período económico em referência salienta-se não só o esforço na racionalização e contenção de custos, mas também a relação inversa ao acréscimo do montante de rendimentos, como melhor resulta do quadro seguinte.



GASTOS OPERACIONAIS				
	2021	2020	DIFERENÇA	
			€	%
CMVMC	463 907,24 €	586 677,28 €	-122 770,04 €	-20,93%
FSE	953 139,43 €	890 802,93 €	62 336,50 €	7,00%
PESSOAL	1 528 130,89 €	1 496 962,17 €	31 168,72 €	2,08%
IMPARIDADES	869,97 €	12 057,89 €	-11 187,92 €	-92,79%
OUTROS	366 993,13 €	202 049,05 €	164 944,08 €	81,64%
DEP./AMORTIZ.	170 596,82 €	189 267,77 €	-18 670,95 €	-9,86%
TOTAL	3 483 637,48 €	3 377 817,09 €	105 820,39 €	3,13%

Acresce que se manteve sem alteração significativa o peso relativo de cada uma das naturezas no total de gastos, como se demonstra:



Ainda relativamente aos gastos operacionais, importa ter presente que o acréscimo de *FSE*, radica essencialmente no aumento de encargos suportados com honorários médicos e de enfermagem directamente correlacionado com a retoma da actividade clínica e que a variação na rubrica *Outros* decorre de correcções de exercícios anteriores, envolvendo honorários relativos ao movimento cirúrgico SIGIC de 2017 a 2020, em montante superior a 280 000,00 €.

Note-se, também, que o acréscimo dos *gastos com pessoal* decorre basicamente do aumento da remuneração mínima mensal garantida, como de há uns anos a esta parte, com o inerente ⁽¹⁾esmagamento das remunerações trabalhadores especializados e qualificados, bem como dos quadros médios e superiores,⁽²⁾ níveis excessivos de rotação laboral e consequentes ⁽³⁾constrangimentos de ordem organizacional e de funcionamento, nomeadamente no que respeita às dificuldades de

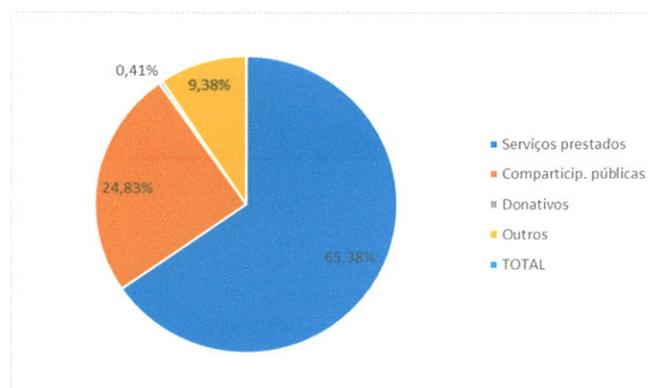
recrutamento, com inevitável⁽⁴⁾ incremento do recurso substitutivo à prestação externa de serviços.

Uma palavra, ainda, sobre a diminuição dos gastos com *depreciações e amortizações*, diga-se, indesejável, para referenciar que a mesma resulta do facto de a generalidade dos activos tangíveis, nomeadamente equipamentos, ter atingido o prazo legal de depreciação, sendo ainda que não se mostrou possível executar plenamente o plano de investimentos em curso.

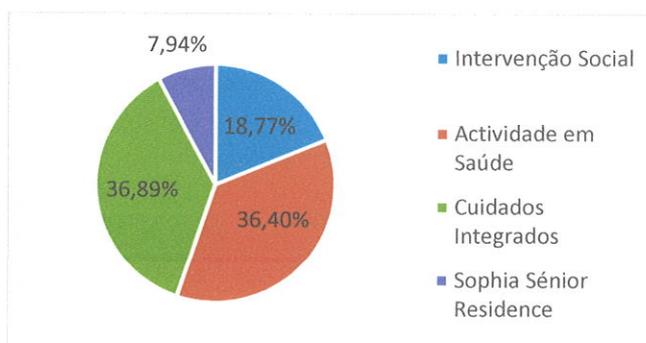
Por seu turno, como evidenciado pelo quadro e pelo gráfico *infra*, não obstante o aumento de **rendimentos** resultante da tímida retoma produtiva, manteve-se a respectiva estrutura, sendo que a grande maioria continua a advir da prestação de serviços.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS				
	2021	2020	DIFERENÇA	
			€	%
Serviços prestados	2 023 871,96 €	1 955 139,81 €	68 732,15 €	3,52%
Comparticip. públicas	768 680,80 €	733 137,05 €	35 543,75 €	4,85%
Donativos	12 575,86 €		12 575,86 €	
Outros	290 258,65 €	92 803,17 €	197 455,48 €	212,77%
TOTAL	3 095 387,27 €	2 781 080,03 €	314 307,24 €	11,30%

(a) Antes incorporada na rubrica "Outros"



Além disso, pela sua importância na definição de estratégias, importa evidenciar a posição relativa dos rendimentos no cômputo global dos serviços prestados nas várias áreas de actividade:



Ainda no plano dos rendimentos, pela sua relevância, importa descrever detalhadamente a evolução do *apoio financeiro público* relativo ao funcionamento de equipamentos e serviços que prestam respostas sociais e cuidados integrados, o qual teve um incremento de 4,85%, como abaixo se evidencia.

E isto sem que a este nível possa deixar de enfatizar-se que os montantes de comparticipação financeira atribuídos pelo Instituto da Segurança Social, I.P. ao funcionamento dos equipamentos e serviços de intervenção social protocolados se mantiveram inalterados face ao valor referente ao mês de Fevereiro de 2020 como decorre do regime legal excepcional oportunamente aprovado. Assim:

COMPARTICIPAÇÕES PÚBLICAS							
		2021		2020		DIFERENÇA	
						€	%
ISS, I.P.			675 150,91 €		617 137,34 €	58 013,57 €	9,40%
	LAR	534 164,28 €		473 858,50 €		60 305,78 €	12,73%
	CD	7 510,70 €		8 806,81 €		-1 296,11 €	-14,72%
	SAD	133 475,93 €		134 472,03 €		-996,10 €	-0,74%
	UCCI		80 872,25 €		83 354,04 €	-2 481,79 €	-2,98%
OUTROS							
	IEFP/CMC		12 657,64 €		32 645,67 €	-19 988,03 €	-61,23%
TOTAL			768 680,80 €		733 137,05 €	35 543,75 €	4,85%

Como se viu, também no âmbito da **intervenção social**, a Fundação continuou a desenvolver a sua actividade com as gravíssimas limitações geradas pela crise pandémica e seus efeitos, como melhor resulta das seguintes sínteses gráficas:

UTENTES MÉDIA MENSAL										
Resposta Social	2021			2020			Variação			
	UTENTES	CUSTO	COMPART	UTENTES	CUSTO	COMPART	CUSTO		COMPARTICIPAÇÃO	
							€	%	€	%
Lar	47	1 735,93 €	622,91 €	54	1 592,98 €	632,26 €	142,95 €	9,0%	-9,35 €	-1,48%
SAD	26	574,08 €	85,07 €	32	484,29 €	77,80 €	89,79 €	18,5%	7,27 €	9,34%
CD	1	713,74 €	83,86 €	4,5	284,73 €	116,04 €	429,01 €	150,7%	-32,18 €	-27,73%

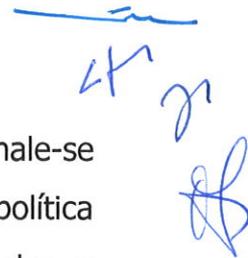
SERVIÇOS PRESTADOS				
	2021	2020	DIFERENÇA	
			€	%
LAR	352 348,71 €	408 187,29 €	-55 838,58 €	-13,68%
SAD	26 541,35 €	29 501,54 €	-2 960,19 €	-10,03%
CD	1 006,32 €	6 265,99 €	-5 259,67 €	-83,94%
TOTAL	379 896,38 €	443 954,82 €	-64 058,44 €	-14,43%

No âmbito dos **cuidados continuados integrados de saúde e apoio social** importa referenciar que, por efeito directo do confinamento institucional, não foi possível atingir a lotação máxima do equipamento, tendo-se registado uma média mensal de 24 doentes em situação de internamento.

Mostrou-se impossível no exercício concluir os trabalhos de adaptação funcional com vista aumentar a respectiva capacidade de internamento de 25 para 30 doentes, o que, como é sabido, permitirá equilibrar o resultado financeiro líquido da resposta.

Atente-se no montante e na variação entre exercícios dos serviços prestados pela UCCI, e na sua evolução, que não podem deixar de considerar-se condicionados pela exponenciação sistemática de custos de produção (custos gerados pela prevenção e combate à pandemia e custos decorrentes de exigências formuladas no âmbito dos recursos humanos) sem qualquer actualização por parte do Estado dos valores pagos pelo internamento, situação que não permitiu acomodar custos estruturais ou suprir necessidades imediatas de investimento.

SERVIÇOS PRESTADOS				
	2021	2020	DIFERENÇA	
			€	%
UCCI	746 563,67 €	715 260,27 €	31 303,40 €	4,38%



Quanto à **Sophia Sénior Residence**, sob gestão da Sophia Social, assinala-se que continuou convertida em área de apoio COVID, tendo sido determinante na política de protecção e segurança dos utentes e utilizadores dos vários equipamentos e unidades da Fundação, porquanto foi constituída como plataforma de acolhimento para os utilizadores das várias áreas do edifício-sede, tendo ademais contribuído para a efectivação da necessária quarentena ou internamento de utentes e doentes afectados pela doença.

O quadro seguinte traduz os efeitos das sobreditas medidas no que respeita à variação de proveitos gerados:

SOPHIA SÉNIOR RESIDENCE				
SERVIÇOS PRESTADOS				
	2021	2020	DIFERENÇA	
			€	%
RESIDENCE	160 628,09 €	227 989,00 €	-67 360,91 €	-29,55

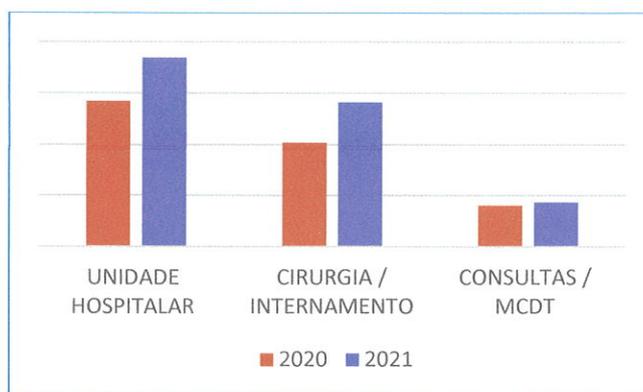
Quanto à **Sophia Clínica**, sob gestão da Sophia Saúde, atente-se, desde logo, no facto de se ter mantido a situação de confinamento em Janeiro e Fevereiro, sendo que nos meses subsequentes a execução de procedimentos médicos e cirúrgicos se mostrou gravemente condicionada seja pelo sobredito fenómeno de procura diminuída por virtude do contexto pandémico, seja em particular pela rarefacção do mercado de trabalho, nomeadamente na área da enfermagem.

Ademais assume particular relevância no que respeita aos gastos incorridos, como se viu, a assunção de encargos com honorários médicos em montante superior a 280.000,00€, por via da continuação da tramitação e conclusão administrativa de processos relativos a episódios realizados no âmbito do SIGIC entre 2017 e 2020.

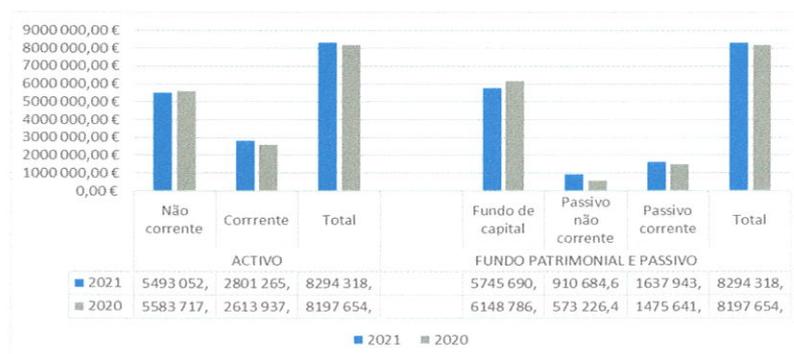
Note-se ainda que, no âmbito da adopção de medidas excepcionais de resposta à evolução da situação epidemiológica e por solicitação da ARSC, a Fundação celebrou

um protocolo para efeito de prestação de cuidados de saúde em ambiente hospitalar a doentes por aquela referenciados, o que inevitavelmente condicionou a capacidade de internamento da Sophia Clínica.

Não obstante verificou-se, por um lado, o crescimento do volume de facturação de cirurgias e internamentos em 38,6% relativamente ao exercício anterior e, por outro, a subida do movimento relativo a consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica em 7,35%, o que gerou o incremento global da actividade da Sophia Clínica em 29,73%, como se demonstra:



Na sequência do exposto, pode genericamente avaliar-se a posição financeira da Fundação no período económico ora findo através da ponderação dos seguintes itens de balanço:





IV

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Como antecipado no anterior relatório anual de gestão, a crise pandémica em curso reflectir-se-á necessariamente na actividade da Fundação, condicionando-a, e atenta a sua dimensão e duração, obrigará a uma reflexão sobre a melhor estratégia para consecução da missão institucional e, seguramente, para o seu processo de estabilização financeira.

Na verdade mantém-se absolutamente incerta a velocidade e a persistência do processo de crescimento, atenta não só a imprevisão sobre o nível futuro de propagação do vírus e suas variantes, como também o desconhecimento sobre os danos emergentes da pandemia e os seus efeitos a curto, médio e longo prazo, sendo neste contexto absolutamente determinante a continuação do apoio público de emergência que tem vindo a ser concedido, nomeadamente, no que se refere ao funcionamento dos equipamentos sociais.

Não obstante, para além do foco na segurança de utentes, doentes, colaboradores e voluntários, antecipa-se que as prioridades de actuação se situarão na execução do plano de retoma de actividades com vista ao funcionamento pleno dos vários sectores operacionais, aprovado em Março de 2021, bem como na concretização do plano de investimentos, e, ainda, no incremento das actividades instrumentais que permitam a diversificação e, logo, a consolidação dos meios de alavancagem financeira da Fundação.

A projecção da imagem, mormente a criação de novo sítio electrónico e a presença nas redes sociais, manter-se-á na primeira linha de preocupação institucional, tal como o reforço da cooperação com parceiros institucionais, em particular, com o ISS, a ARSC e com a Câmara Municipal de Coimbra.

Por outro lado, a urgente transformação digital por via da reestruturação do sistema de informação e a respectiva segurança continuará a merecer a melhor atenção, sendo expectáveis avanços consideráveis que permitam não só a melhoria

do processo de tomada de decisões de gestão, como avançar na aplicação de novos módulos e aplicações informáticas em todos os sectores operacionais, a começar pela reorganização e optimização da logística interna, com implementação gradual do já criado sistema de identificação de artigos e utentes através de códigos de barras e registo de consumos.

Priorizar-se-á igualmente não só a requalificação do Lar de S. Pedro como das áreas de recepção e de consulta externa sites na ala ponte norte do edifício-sede, afectas à Sophia Clínica, sem ignorar a problemática da eficiência energética.

Por último, mas não menos importante, continuará o esforço dirigido ao desenvolvimento, capacitação e motivação do quadro de colaboradores por forma a sedimentar a cultura institucional, reforçar a coesão e espírito de equipa e incrementar a eficiência e agilidade operacionais, consabidamente, determinantes na consecução do escopo institucional.

V

OUTRAS INFORMAÇÕES

No ano de 2022 deverão ser designados pelo Conselho Geral os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, atento o facto de se terem completado os mandatos em curso.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Fundação não tinha em mora qualquer dívida ao sector público estatal, administração fiscal e segurança social e, após o termo do exercício, não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

A Fundação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, sendo que não foram realizados negócios entre a Fundação e os membros do seu Conselho de Administração.

Inexistem sucursais ou quaisquer formas de representação da Fundação no país ou no estrangeiro.

VI

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido negativo, no montante de 388.141,81€, deverá ser transferido para a conta de resultados transitados.

VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração releva e agradece aos **parceiros institucionais** e a todas as pessoas e organizações públicas, sociais e privadas que se envolveram e colaboraram com a Fundação na realização das suas actividades com vista à consecução do escopo estatutário.

Desde logo,

Aos membros do **Conselho Fiscal**, Dr. Henrique Fernandes, Dr. Victor Carvalho dos Santos e Doutor Daniel Taborda, bem como a todos os membros do **Conselho Geral**, pela inestimável colaboração e acompanhamento institucional realizado.

À **Direcção Clínica**, Dr.^a Maria de Lurdes Correia e Dr. Vítor Carvalheiro, pelo apoio prestado à Fundação, aliás notoriamente exigente em contexto pandémico.

Às **gerentes** das sociedades comerciais do Grupo Sophia, Dr.^a Ana Estrela, Dr.^a Ana Costa Fernandes e Dr.^a Rita Carvalheiro, pelo árduo trabalho de gestão e de operacionalização das actividades da Fundação que, atenta a pressão da conjuntura, souberam realizar com notável eficiência e eficácia, aliás, *pro bono*, nos casos da Sophia Social e da Sophia Serviços.

Ao corpo clínico na justa medida da fidelidade demonstrada aos interesses institucionais.

Ao Revisor Oficial de Contas, senhor Dr. Vaz Ferreira, pela capacidade de cooperação e diálogo no âmbito do processo de auditoria das demonstrações financeiras.

E muito especialmente,

Aos colaboradores, profissionais e voluntários, pela motivação e envolvimento na realização missão estatutária de que deram provas ao longo de um ano particularmente exigente.

Coimbra, 27 de Maio de 2022

O Conselho de Administração

*João José Marques dos Reis
Presidente do Conselho de Administração*

Jorge Bernardino
Jorge Bernardino

**FUNDAÇÃO
SOPHIA**

Fundação Particular de
Solidariedade Social

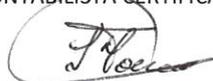
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO DE 2021

FUNDAÇÃO SOPHIA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

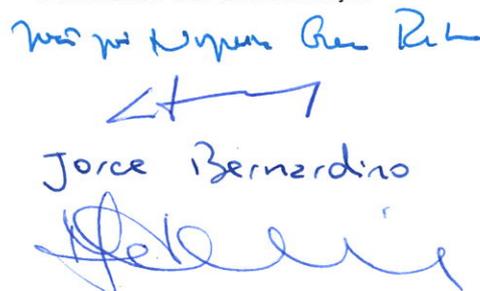
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3;5	5.258.099,92	5.355.753,06
Propriedades de investimento	3;5	97.520,34	97.520,34
Ativos intangíveis	3;5	3.280,16	4.921,17
Investimentos financeiros	3;15	134.152,22	125.522,69
Subtotal		5.493.052,64	5.583.717,26
Ativo corrente			
Inventários	3;8	249.581,99	188.252,88
Clientes e utentes	3;15	863.188,18	1.038.780,51
Adiantamentos a fornecedores	15	19.441,59	14.264,36
Estado e outros Entes Públicos	3	1.969,78	3.783,41
Outras contas a receber	3;15	379.557,97	347.784,15
Diferimentos	3;15	133.531,25	93.101,97
Caixa e depósitos bancários	3;15	1.153.995,14	927.970,34
Subtotal		2.801.265,90	2.613.937,62
Total do Ativo		8.294.318,54	8.197.654,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	3.382.115,01	3.382.115,01
Resultados transitados	15	2.245.485,21	2.849.332,28
Ajustamentos em activos financeiros	15	235,00	235,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	505.996,62	520.951,37
Resultado Líquido do período		(388.141,81)	(603.847,07)
Total do fundo do capital		5.745.690,03	6.148.786,59
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3;6;7	910.684,61	573.226,49
Subtotal		910.684,61	573.226,49
Passivo corrente			
Fornecedores	3;15	656.910,15	537.053,12
Adiantamentos de clientes e utentes	15	54.562,85	31.813,82
Estado e outros Entes Públicos	3	42.280,31	45.492,06
Financiamentos obtidos	3;6;7	374.463,82	451.399,73
Diferimentos	3;15	12.507,86	24.710,41
Outras contas a pagar	3;15	497.218,91	385.172,66
Subtotal		1.637.943,90	1.475.641,80
Total do passivo		2.548.628,51	2.048.868,29
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8.294.318,54	8.197.654,88

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Jorge Bernardino

FUNDAÇÃO SOPHIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

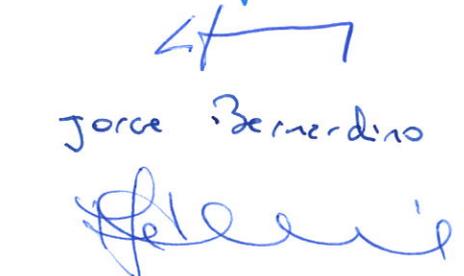
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	2.023.871,96	1.955.139,81
Subsídios, doações e legados à exploração	10	781.256,66	733.137,05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(463.907,24)	(586.677,28)
Fornecimentos e serviços externos	15	(953.319,43)	(890.802,93)
Gastos com o pessoal	13	(1.528.130,89)	(1.496.962,17)
Perdas por imparidade		(869,97)	(12.057,89)
Reversões		8.807,52	
Outros rendimentos e ganhos	15	290.258,65	92.803,17
Outros gastos e perdas	15	(366.993,13)	(202.049,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(209.025,87)	(407.469,29)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(170.596,82)	(189.267,77)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(379.622,69)	(596.737,06)
Juros e rendimentos similares obtidos	15	527,37	1.134,68
Juros e gastos similares suportados	15	(9.046,49)	(8.244,69)
Resultados antes de impostos		(388.141,81)	(603.847,07)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(388.141,81)	(603.847,07)

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



 Jorje Bernardino



diz

& associados-SROC, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

[Handwritten signature]

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO SOPHIA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de € **8.294.318,54** (oito milhões, duzentos e noventa e quatro mil, trezentos e dezoito euros e cinquenta e quatro cêntimos) e um total de fundos patrimoniais de € **5.745.690,03** (cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa euros e três cêntimos), incluindo um resultado líquido negativo de € **388.141,81** (trezentos e oitenta e oito mil, cento e quarenta e um euros e oitenta e um cêntimo)), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações de fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **FUNDAÇÃO SOPHIA**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

[Handwritten signature]

Diz & Associados - SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Nº 118 da lista Oficial das SROC - Contribuinte Nº 503 103 012 - CMM - 20161437

An independent firm
associated with **agn**
INTERNATIONAL

SEDE: Rua de S. José, 35 - 3º B/C - (Edifício Libersil - Av. da Liberdade) - 1150-321 Lisboa - Tel. 21 322 37 80 - Fax 21 322 37 89 - geral@diz-sroc.pt - www.diz-sroc.pt
Escritório Coimbra: Rua do Cineiro, n.º 24, Algar - 3040-661 Assafarge, Coimbra - Telm. 917 229 375 - jvazfer@diz-sroc.pt
Escritório Lisboa: Estrada da Luz, 165 - 7º Dto. - 1600-154 Lisboa - Tel. 21 726 14 09 - Fax 21 726 30 53 - jssilva@diz-sroc.pt

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

José António T. Mendes

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras, podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;



- Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças á nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

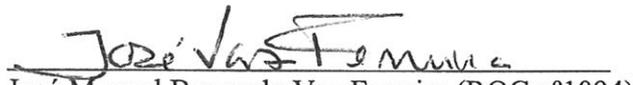
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas.

Coimbra, 16 de maio de 2022



José Manuel Bernardo Vaz Ferreira (ROC nº1094)
Em representação de
DIZ & ASSOCIADOS, SROC, LDA (nº118)

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
da
FUNDAÇÃO SOPHIA

**REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E
VINTE E DOIS**

ACTA N.º 5/2022

LOCAL: Edifício-sede

PRESENTES:

- O senhor Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo, que presidiu;
- O senhor Dr. José Fernando Andrade da Costa Fernandes;
- O senhor Doutor Jorge Fernandes Rodrigues Bernardino;
- A senhora Dr.ª Maria de Lurdes Duarte Pedro Correia.

Justificou a ausência, por compromissos profissionais inadiáveis, o senhor Doutor Carlos Manuel Freire Cavaleiro.

Aberta a sessão, pelas dezassete horas, foi confirmada a ordem de trabalhos previamente distribuída e manifestada a vontade de apreciar e, nos termos seguintes, deliberar sobre as matérias a que aquela se reporta. A saber: =====

Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2021 =====

O senhor Presidente certificou-se da prévia remessa aos senhores Conselheiros das demonstrações financeiras da Fundação, compreendendo o balanço em 31 de Dezembro de 2021, que evidencia um total de 8.294.318,54 Euros e de fundos patrimoniais no montante de 5.745.690,03 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 388.141,81 Euros, a demonstração de resultados por naturezas e por valências e a demonstração de fluxos de caixa. =====

Verificou, ainda, o senhor Presidente ter sido remetido aos senhores Conselheiros o projecto de relatório de gestão, bem como o anexo às demonstrações financeiras e

o relato sobre a auditoria realizada no âmbito do processo de certificação legal das contas pelo Revisor Oficial de Contas, senhor Dr. José Manuel Bernardo Vaz Ferreira. Seguidamente o Conselho, procedeu ao exame e detalhada apreciação das sobreditas demonstrações financeiras e seu anexo, bem como do relatório de gestão, e, tendo presente o teor do supra referenciado relato de auditoria, deliberou proceder à respectiva aprovação, aí incluída a proposta de aplicação do resultado líquido negativo de 388.141,81 Euros, que será transferido para a conta de resultados transitados. =====

Atento o disposto no artigo 16º, número 2, alínea b), dos Estatutos e, sobretudo, o relevante contributo para a vida da Fundação prestado pelo Conselho Fiscal, mais determinou o Conselho que a sobredita deliberação aprovativa tenha eficácia diferida e condicionada à emissão de parecer favorável por parte do órgão de fiscalização. =====

CONDICIONALISMO DELIBERATÓRIO =====

Deixa-se consignado que não se registaram declarações de voto e que as deliberações transcritas foram aprovadas por unanimidade. =====

E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente acta registada em duas folhas processadas informaticamente, com versos em branco, a qual, após aprovação, será assinada pelos conselheiros presentes. =====

João José Marques Gomes Rebelo
J. Manuel Bernardo Vaz Ferreira
José Bernardino
[Assinatura]



ACTA DA SESSÃO DO CONSELHO FISCAL
da
FUNDAÇÃO SOPHIA
de 24 de junho de 2022

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação Sophia, estando presentes os Senhores Dr. Henrique José Lopes Fernandes, que presidiu, bem como os vogais, Dr. Victor Manuel Carvalho dos Santos e Dr. Daniel Martins Geraldo Taborda.

O Senhor Dr. Henrique Fernandes declarou aberta a sessão pelas doze horas, após o que o Conselho Fiscal passou a debruçar-se sobre a matéria constante da convocatória: Apreciação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2021. O Conselho Fiscal procedeu à análise detalhada da documentação remetida pelo Conselho de Administração, ou seja, o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, que compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2021, as demonstrações dos resultados por naturezas e por valências, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo. Também analisou a certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, que não contém quaisquer reservas ou ênfases. Tudo ponderado, o Conselho Fiscal deliberou aprovar e exarar em ata o seguinte parecer:

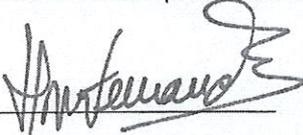
1. Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, deve o Conselho Fiscal elaborar parecer sobre o relatório e contas, no caso, relativas ao exercício de 2021, cujas demonstrações financeiras evidenciam um total de ativo de 8 294 318,54€ e um total de fundos patrimoniais de € 5 745 690,03€, que inclui um resultado líquido negativo no montante de 388 141,81€.
2. O Conselho Fiscal foi tomando conhecimento da atividade desenvolvida pela Fundação no exercício de 2021, através das informações prestadas pelo



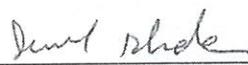
Conselho de Administração, contando, em particular, com a preciosa colaboração do administrador-executivo.

3. Em conformidade, o Conselho Fiscal delibera emitir parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas de 2021, porquanto entende que nada chegou ao seu conhecimento de que a imagem verdadeira e apropriada da Fundação esteja comprometida, tal como confirmado pela opinião expressa sob a forma positiva na certificação legal das contas, datada de 16 de maio de 2022.
4. O Conselho Fiscal agradece toda a colaboração que lhe foi dispensada pelo Conselho de Administração, não podendo deixar de continuar a incentivar a realização de programas, ações e iniciativas que permitam ultrapassar os desafios que se deparam à Fundação Sophia.

E nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão de que, para constar, se lavrou a presente ata registada em uma folha com os versos em branco, a qual vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.


(Dr. Henrique Fernandes)


(Dr. Victor Carvalho dos Santos)


(Dr. Daniel Taborda)